

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DO SISTEMA PBVISIT

Última atualização: 30/09/2025

1. INTRODUÇÃO

1.1 Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados descreve como o **Sistema PBVisit** realiza o tratamento de dados pessoais no contexto do controle de acesso físico a prédios e dependências de órgãos e entidades públicas.

1.2 O Sistema é de uso exclusivo da Administração Pública, e sua operação fica a cargo de usuários internos encarregados do cadastro e do registro de usuários externos (visitantes).

1.3 Esta Política está em conformidade com a **Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)**, bem como demais normas legais e regulamentares vigentes, especialmente:

- Lei Federal nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet);
- Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
- Lei Federal nº 13.460/2017 (Código de Defesa do Usuário do Serviço Público);
- Decreto Estadual nº 41.238/2021 (Política Estadual de Proteção de Dados).

1.4 Esta Política deve ser lida atentamente, uma vez que esclarece como tratamos os dados pessoais no âmbito do Sistema, quais são os direitos enquanto titular dos dados e as medidas de segurança adotadas para proteção desses dados.

1.5 Para facilitar a compreensão desta Política, apresentamos a seguir alguns termos frequentemente utilizados:

- **Anonimização:** Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
- **Consentimento:** Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.
- **Controlador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- **Cookie Necessário:** Cookies essenciais para o funcionamento adequado de um site ou sistema. Viabilizam funcionalidades básicas, como navegação entre páginas, acesso a áreas seguras e manutenção de sessões autenticadas. Sem esses cookies, o site pode não funcionar corretamente, comprometendo a experiência do usuário.
- **Dados Pessoais:** Informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável, tais como nome, CPF, endereço, entre outras.
- **Dados Pessoais Sensíveis:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- **Log:** Registros automáticos gerados por sistemas, aplicativos ou dispositivos que documentam eventos, atividades ou transações durante o uso de recursos

tecnológicos. Contêm informações como data, hora, usuário, tipo de ação realizada e endereço IP, sendo fundamentais para auditoria, rastreabilidade, diagnóstico e segurança da informação.

- **Operador:** Pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, seguindo suas instruções.
- **Single Sign-On (SSO):** Mecanismo de autenticação que permite ao usuário acessar múltiplos sistemas, aplicações ou serviços com um único login e senha. O SSO centraliza a validação da identidade, oferecendo mais praticidade ao usuário e maior segurança na gestão de acessos.
- **Titular dos Dados:** Pessoa física a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. No contexto desta política, incluem-se os usuários internos e externos.
- **Tratamento de Dados:** Qualquer operação realizada com dados pessoais, como coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- **Usuário Externo:** Pessoa física, como cidadãos, servidores de outras instituições ou prestadores de serviços, que necessitam acessar as dependências físicas do órgão ou unidade para fins institucionais ou relacionados à prestação de serviços.
- **Usuário Interno:** Pessoa física vinculada à entidade ou órgão responsável pelo sistema, cuja atuação depende de cadastro prévio efetuado por servidor autorizado. O usuário interno possui perfil de acesso restrito, conforme suas atribuições, sendo sua principal responsabilidade o cadastro de usuários externos no sistema.

2. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES

2.1 Controlador:

- Nome: Companhia de Processamento de Dados da Paraíba – CODATA.
- Endereço: Rua João da Mata, s/n – Jaguaribe – João Pessoa – PB.
- Contato: <https://codata.pb.gov.br/lgpd>

3. INFORMAÇÕES COLETADAS

3.1 O Sistema coleta os seguintes dados pessoais:

a) Do usuário interno:

- CPF;
- Primeiro nome;
- Último nome;
- E-mail.

b) Do usuário externo:

- Nome completo;
- CPF;
- Telefone;
- E-mail (opcional);
- Origem e motivo da visita;
- Fotografia (capturada na entrada);
- Captura da impressão digital de um dedo.

c) Dados técnicos coletados automaticamente:

- Endereço IP da máquina utilizada para o cadastro;
- Logs de acesso e alteração de cadastros.

3.2 O sistema realiza uma integração com a base de dados do Serpro (Empresa Nacional de Inteligência em Governo Digital e Tecnologia da Informação) para preencher automaticamente o nome com base no CPF.

3.3 São utilizados cookies necessários para o funcionamento do sistema nos computadores dos órgãos, não sujeitos à coleta de consentimento.

4. FINALIDADE DO TRATAMENTO

4.1 Os dados pessoais coletados têm como única finalidade o controle de acesso físico às instalações dos órgãos e entidades públicas, com cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, no termos do art. 7º, inciso II da LGPD. Tal tratamento encontra respaldo, ainda, na Lei nº 13.460/2017, que disciplina a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário de serviços públicos. Em especial:

- **Art. 4º, VIII**, que estabelece a segurança como princípio fundamental da prestação dos serviços públicos, legitimando o controle de acesso como medida de proteção das instalações e das pessoas;
- **Art. 8º, II**, que prevê o dever do usuário de prestar informações pertinentes à utilização dos serviços públicos, o que abrange a identificação necessária para ingresso em prédios públicos;
- **Art. 10-A, caput e §1º**, que determina a obrigatoriedade de identificação por meio de documento oficial com CPF para acesso a informações e serviços, normatizando o tratamento mínimo de dados para identificação dos cidadãos.

4.2 Por estar amparado em obrigação legal, o tratamento é legítimo e dispensa a obtenção de consentimento expresso do titular.

4.3 Os dados coletados são utilizados para:

- Identificação e registro da entrada e saída do usuário externo;
- Garantia da segurança física de servidores, usuários (externo e interno) e do patrimônio público;
- Atendimento a obrigações legais, administrativas e auditorias.

4.3 Os dados não são utilizados para personalização de serviços, análise comportamental, decisões automatizadas ou geração de relatórios estatísticos de caráter pessoal.

4.4 Com o objetivo de assegurar a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), esta Política de Privacidade é revisada periodicamente, de forma a garantir que permaneça atualizada, precisa e contenha informações claras e adequadas sobre os direitos dos titulares de dados, bem como sobre as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas.

4.5 Os titulares serão notificados por e-mail exclusivamente quando as alterações nesta Política envolverem tratamentos que exijam a obtenção de consentimento.

4.6 Na hipótese prevista no item 4.5, o titular poderá revogar o consentimento a qualquer momento, por meio dos canais de atendimento disponibilizados.

4.7 Recomenda-se a consulta periódica a este documento, a fim de que os titulares se mantenham informados sobre as práticas adotadas em relação à privacidade e à proteção de dados pessoais.

5. DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

5.1 O sistema coleta **fotografia atual e impressões digitais**, as quais são tratadas como **dados pessoais sensíveis**.

5.2 O tratamento desses dados é realizado com base legal específica para **garantia da segurança do titular e da coletividade**, conforme o art. 11, II, “e” e “g” da LGPD.

5.3 Nessas hipóteses, a própria LGPD autoriza o tratamento de dados pessoais sensíveis **sem necessidade de consentimento expresso do titular**, por se tratar de obrigação legal voltada à segurança.

6. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

6.1 O Sistema pode compartilhar dados pessoais com:

- **Órgãos públicos usuários do Sistema**, para controle de acesso colaborativo;
- **Autoridades públicas** (judiciárias ou administrativas), mediante ordem judicial ou requisição legal;
- **Fornecedores de tecnologia contratados**, sob cláusulas contratuais de confidencialidade e segurança.

6.2 Não há compartilhamento com empresas privadas terceiras, exceto em caso de suporte técnico especializado sob contrato futuro, em que as obrigações de proteção de dados serão devidamente pactuadas.

6.3 Há registro do último órgão responsável pela alteração cadastral e logs relacionados às impressões digitais.

7. MEDIDAS DE SEGURANÇA

7.1 O Controlador adota rigorosas medidas técnicas e administrativas para garantir a proteção dos dados pessoais tratados em suas atividades. Tais medidas visam prevenir, detectar e responder a incidentes de segurança, incluindo acessos não autorizados, vazamentos, perdas ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

7.2 Com o compromisso de assegurar um ambiente seguro e confiável, o Controlador utiliza ferramentas e tecnologias destinadas a manter a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações, em conformidade com os padrões de segurança aplicáveis.

7.3 O acesso aos dados pessoais é restrito a pessoas devidamente autorizadas e capacitadas, as quais estão sujeitas a deveres de sigilo e confidencialidade, sendo orientadas a tratar tais informações de acordo com as diretrizes internas de segurança da informação e proteção de dados.

7.4 São adotadas as seguintes medidas técnicas e administrativas para garantir a segurança dos dados pessoais:

- Autenticação via Single Sign-On (SSO) para acesso ao Sistema;
- Criptografia nas comunicações para proteger o trânsito dos dados;
- Controle de acesso restrito e compartilhado entre a CODATA e os órgãos usuários;
- Logs de auditoria das últimas alterações cadastrais e uso das impressões digitais.

7.5 A CODATA realiza backups regulares conforme sua política de infraestrutura, assegurando a integridade e disponibilidade das informações.

8. DIREITOS DOS TITULARES

8.1 O titular dos dados pode exercer seus direitos conforme a LGPD, incluindo:

- Confirmação da existência de tratamento;
- Acesso aos seus dados pessoais;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários;
- Revogação de consentimento, quando aplicável;
- Informação sobre o compartilhamento de dados;
- Reclamação junto à ANPD em caso de descumprimento.

9. RETENÇÃO E TÉRMINO DO TRATAMENTO

9.1 Os dados pessoais tratados no Sistema serão armazenados apenas pelo tempo necessário para o cumprimento das finalidades descritas nesta Política, observando-se prazos legais ou regulamentares aplicáveis.

10. RECLAMAÇÕES E CONTATO

10.1 Para dúvidas, solicitações ou reclamações sobre o tratamento de dados, os titulares podem entrar em contato pelos seguintes canais:

- **CODATA:** encarregado.codata@codata365.pb.gov.br
- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):** www.gov.br/anpd